



**METRO DO PORTO, S.A.**

**RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL**

**RELATIVO AO PERÍODO**

**1 DE JANEIRO A 31 DE MARÇO DE 2018**



## ÍNDICE

	Página
1. Introdução	3
2. Factos relevantes	4
3. Análise das contas	4
4. Controlo da execução orçamental	8
5. Cumprimento de determinações legais	8
6. Notas finais	10
7. Anexos	12

P6  
2  
Dufey



## 1. INTRODUÇÃO

A Metro do Porto, S.A. (adiante designada por MP) foi constituída em 1993 e tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, o qual foi objeto de diversas alterações, foi atribuída à MP a concessão do sistema de metro ligeiro na AMP por um período de 50 anos.

A estrutura acionista da MP é a seguinte:

Acionistas	% Capital detido
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP – Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Município de Gondomar	0,0001%
Município da Maia	0,0001%
Município de Matosinhos	0,0001%
Município do Porto	0,0001%
Município da Póvoa de Varzim	0,0001%
Município de Vila do Conde	0,0001%
Município de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Os acionistas da MP celebraram um Acordo Parassocial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, cuja revisão, embora prevista, não se concretizou.

Nos termos da Base XIII das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da AMP (Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro), foi estabelecido que o financiamento da concessão é assegurado por:

- Receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;
- Eventualmente, pelo produto de empréstimos a contrair pela MP.

Nos termos da legislação aplicável, designadamente no n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da MP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, compete ao Conselho Fiscal proceder à elaboração do relatório da fiscalização efetuada relativa ao 1.º trimestre de 2018.



## 2. FACTOS RELEVANTES

O presente relatório teve por base a documentação disponibilizada pela empresa, designadamente, a "Informação de Gestão – março - Capítulos Financeiros", a "Informação de Gestão – março - Capítulos de Gestão", o Balanço individual em 31 de março de 2018 e a Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de março de 2018 e as atas da Comissão Executiva do 1.º Trimestre de 2018, bem como o relatório elaborado pelo ROC referente ao 1.º trimestre de 2018.

Da informação analisada, destaca-se que:

- A 31 de março de 2018 a MP apresenta património líquido e fundo de maneo (ativo corrente menos passivo corrente) negativos de 2.695 milhões de euros e de 582 milhões de euros, respetivamente;
- As demonstrações financeiras são preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual está dependente do contínuo suporte financeiro do Estado Português para o reequilíbrio económico-financeiro da concessão, da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos e do sucesso futuro das suas operações;
- À data de 31 de março de 2018 não foram efetuados testes de imparidade aos direitos de concessão registados nos ativos intangíveis, cujo saldo ascende a 1.865 milhões de euros. A MP apenas efetua testes de imparidade sobre estes ativos anualmente, sendo que, a 31 de dezembro de 2017 foi concluído pela inexistência de imparidade nos referidos ativos, não se tendo alterado os pressupostos assumidos, pelo que, com base na análise do ROC, considera-se que não existem indícios de imparidade a 31 de março de 2018, sendo que o mais relevante é o apoio financeiro por parte do Concedente (Estado Português) para cobrir os encargos decorrentes do financiamento da construção e manutenção pesada da infraestrutura, que ainda não foi objeto de contrato programa;
- Tendo em conta as projeções efetuadas em 2016 e em 2017 para os custos estimados com a renovação das infraestruturas durante o período de concessão pelos departamentos técnicos da Entidade, estas indiciam uma sobrevalorização da rubrica de provisões no valor de 326 milhões de euros. No entanto, a Administração entendeu manter o nível acumulado das provisões existentes no exercício anterior, que a 31 de dezembro de 2017, ascendiam a 521 milhões de euros, por razões cautelares, dado considerar que a eficácia do novo modelo deverá ser testada em anos futuros;
- No âmbito do acordo realizado em maio de 2017 com a entidade ProMetro, S.A., a MP recebeu o montante de 9 milhões de euros em 2 tranches, em julho de 2017 e janeiro de 2018. Encontra-se pendente a regularização do IVA liquidado relativo a esta operação no montante global de cerca de 7 milhões de euros, tendo a empresa procedido ao reconhecimento de provisão sobre 50% deste montante em 2017. Na perspetiva de que esta política de provisionamento possa não ter sido a mais consistente, a 31 de março de 2018 o passivo encontrava-se subavaliado e o resultado sobreavaliado pelo montante de cerca de 3,5 milhões de euros.

## 3. ANÁLISE DAS CONTAS

Integrando a empresa o perímetro das Administrações Públicas enquanto entidade pública reclassificada, passou, a partir de 1 de janeiro do corrente ano, a estar vinculada à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

Assim, do anexo ao presente relatório constam o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas reportados a 31 de março de 2018, elaborados de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP.

4  
PC 





Procedemos à análise da evolução dos saldos de balanço face a 31 de dezembro de 2017 e à análise comparativa dos gastos e rendimentos no final do primeiro trimestre de 2018 com igual período do ano anterior, destacando os pontos seguintes:

### 3.1 CONTAS DE BALANÇO

#### 3.1.1 Financiamentos Obtidos

O quadro infra indica o valor dos financiamentos da MP reportados a 31 de dezembro de 2017 e a 31 de março de 2018:

	Unidade: m€	
	31.03.2018	31.12.2017
Empréstimos mútuos	445.750	447.000
Banco Europeu de Investimentos	502.204	525.133
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	2.556.362	2.475.024
Locação Material Circulante - LEP	163.606	165.213
Bonificação BEI	130	130
Bonificação LEP	1.951	1.951
<b>Total</b>	<b>3.670.003</b>	<b>3.614.451</b>

No período em análise foram contralados novos financiamentos junto do Estado, via D.G.T.F., no montante global de 81.338 milhares de euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do Setor Público Empresarial).

Os pagamentos efetuados até ao final do 1.º trimestre de 2018, relativos a amortização da dívida, foram os seguintes:

	Unidade: €
<b>Amortização da dívida</b>	
Empréstimos mútuos	1.250.000
Banco Europeu de Investimentos	22.928.676
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	0
Locação Material Circulante - LEP	1.607.416
<b>Total</b>	<b>25.786.092</b>

#### 3.1.2. Instrumentos financeiros derivados

O saldo desta rubrica evidenciado no balanço reflete o justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos pela MP (swaps de taxa de juro), reportado a 31 de março, determinado em função de avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente).

A composição da carteira detida não registou alteração, sendo composta por quatro instrumentos financeiros derivados, sendo que apenas um deles se encontra classificado como sendo de cobertura para efeitos contabilísticos. Deste modo, de acordo com as normas contabilísticas em vigor, a flutuação do justo valor do swap classificado como de cobertura é registada por contrapartida do património líquido, enquanto que a flutuação do justo valor dos restantes instrumentos financeiros detidos é reconhecida em resultados.

5  
R. 2  
Aut. 1



Apresentamos de seguida a evolução ocorrida nesta rubrica:

	31.03.2018	31.12.2017	Unidade: € Variação
Instrumentos financeiros derivados	422.150.940	438.999.680	-16.848.740

A evolução do justo valor da carteira de swaps de taxa de juro detida foi favorável no montante de cerca de 16,8 milhões de euros, do qual cerca de 37 milhares de euros foi reconhecido em capitais próprios, de acordo com a política acima descrita.

### 3.1.3. Outras dívidas a pagar

A 31 de março de 2018, o valor de "outras dívidas a pagar" decompõe-se da seguinte forma:

	31.03.2018	31.12.2017	Unidade: € Variação
Acréscimos de gastos	21.107.842	45.928.904	-24.821.062
Dívidas ao pessoal	57.460	57.457	3
Outros credores	430.644	438.609	-7.965
Total	21.595.946	46.424.970	-24.829.024

A redução ocorrida no Acréscimo de gastos resulta da regularização das operações de Swap nos termos acordados com o Banco Santander em maio de 2017, no valor de cerca de 36,3 milhões de euros, compensado pelo efeito do acréscimo de juros no montante da ordem de 10,4 milhões de euros.

## 3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

Ao nível da procura, registava-se no final do primeiro trimestre de 2018, um aumento de 0,6% do número de validações (+87.182 validações), quando comparado com igual período do ano anterior. No que respeita ao indicador passageiros.Km este diminuiu 0,2% face ao período homólogo de 2017.

Consequentemente, os rendimentos, que incluem nomeadamente os réditos associados ao sistema de metro ligeiro e ao funicular, apresentou um crescimento de 7,5%. Apesar deste aumento relevante da receita, o agravamento registado ao nível dos gastos de exploração (+12,3%), conduziu a uma deterioração da taxa de cobertura global de natureza operacional em cerca de 4 p.p., de 96,3% em 31 de março de 2017 para 92,2% à data analisada. Esta variação de gastos está associada ao aumento dos custos de conservação e reparação (essencialmente revisão geral de veículos Eurotram e acertos de faturação relativos a 2017) de 0,082 milhões de euros para 1,375 milhões de euros.

Conforme consta da demonstração dos resultados anexa, a MP apurou um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos positivo, no valor de 4,5 milhões de euros, apresentando uma melhoria face ao período homólogo de 2017, de cerca de 0,6 milhões de euros. Contudo, face aos elevados encargos financeiros suportados, o resultado líquido do período foi negativo no valor de 23,7 milhões de euros, tendo sido registada uma evolução negativa face a igual período do ano anterior (-3,8 milhões de euros). Para esta evolução desfavorável contribuiu quer o aumento de encargos financeiros de 1,7 milhões de euros quer a diminuição do impacto da flutuação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos de 2,3 milhões de euros, face ao valor do período homólogo.

PC 6  
Dufer





Em termos da evolução das diversas rubricas, será de destacar o seguinte:

**Aumento / reduções de justo valor**

	Unidade: €	
	31.03.2018	31.12.2017
Perdas por redução de justo valor	0	-3.322.775
Ganhos por aumento de justo valor	17.031.151	64.989.926
<b>Impacto líquido em resultados</b>	<b>17.031.151</b>	<b>61.667.151</b>

Em função de avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente), notamos que a variação do justo valor dos contratos de swap no 1º trimestre de 2018 apresentou um impacto positivo no resultado da Empresa em cerca de 17.031 milhares de euros, quando em 31 de dezembro de 2017 esse impacto fora também positivo no montante de 61.667 milhares de euros (feito acumulado de 4 trimestres).

Não foram efetuadas provisões pela empresa nem no 1º trimestre de 2017, nem no 1º trimestre de 2018.

### 3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do orçamento no primeiro trimestre de 2018 foi a seguinte:

Unidade: m€					
Descrição	Real mar-18	Orçamento mar-18	Execução trimestral	Orçamento anual 2018	Execução anual
<b>Gastos</b>					
Fornecimentos e serviços externos	11.977	18.228	65,71%	64.420	18,59%
FSE modelo intangível - (IAS 11)	1.621	5.399	30,02%	21.596	7,50%
Gastos com o pessoal	1.139	1.138	100,07%	4.550	25,03%
Gastos de depreciação e amortização	14.803	14.350	103,16%	57.401	25,79%
Provisões do período	0	-	-	0	-
Outros gastos	36	2.106	1,69%	12.669	0,28%
Gastos de financiamento	30.411	19.861	153,12%	125.091	24,31%
Imposto s/o rendimento período	0	0	-	20	0,00%
<b>Total de gastos</b>	<b>58.365</b>	<b>55.683</b>	<b>104,82%</b>	<b>264.151</b>	<b>22,10%</b>
<b>Rendimentos</b>					
Prestações de serviços	13.298	16.778	79,26%	67.429	19,72%
Prest. Serv. modelo intangível - (IAS 11)	1.621	5.399	30,02%	21.596	7,50%
Subsídios à exploração	2	0	-	0	-
Reversão de imparidades	0	0	-	0	-
Reversão de provisões	0	0	-	0	-
Ganhos por aumento de justo valor	17.031	0	-	0	-
Outros rendimentos	4.170	0	-	16.641	25,06%
Juros e outros rend. similares	164	3	5461,50%	13	1260,35%
<b>Total de rendimentos</b>	<b>34.665</b>	<b>16.781</b>	<b>206,57%</b>	<b>84.083</b>	<b>41,23%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-23.700</b>	<b>-38.902</b>	<b>60,92%</b>	<b>-180.068</b>	<b>13,16%</b>

Em 31 de março de 2018 verificou-se um desvio favorável do resultado líquido face ao orçamento de cerca de 15,2 milhões de euros. Este desvio resulta do aumento dos gastos de financiamento não previstos no orçamento de cerca de 10,6 milhões de euros, nomeadamente encargos com swaps contratados junto do Banco Santander, contrabalançados pela redução dos Fornecimentos de Serviço Externos de 6,3 milhões de euros. Verificou-se um contributo favorável ao nível dos rendimentos, nomeadamente os ganhos por aumento de justo valor (17,0 milhões de euros), compensados por um valor inferior da prestação de serviços, face ao orçamentado, de cerca de 3,5 milhões de euros.

7  
Rc  
Defin



#### 4 – CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONTABILIDADE PÚBLICA

Não foram apresentados até 31 de março de 2018 pedidos de alteração orçamental.

Os mapas de controlo orçamental reportados a 31 de março de 2018 (valores acumulados), resumem-se da seguinte forma:

Unidade: m€					
Despesa	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Saldos	Grau %
Despesa efetiva	254.398	119.390	72.561	181.837	29%
Ativos financeiros	3	0	0	3	0%
Passivos financeiros <sup>(1)</sup>	667.013	410.705	24.179	642.834	4%
<b>Total despesa</b>	<b>921.414</b>	<b>530.095</b>	<b>96.739</b>	<b>824.674</b>	<b>10%</b>

(1) – O valor da execução dos Passivos financeiros não corresponde ao valor das amortizações de empréstimos, visto que, em contabilidade pública a Locação Material Circulante – LEP não é classificada em Despesa com Passivos Financeiros, tendo, antes impacto na despesa efetiva.

A dotação da despesa inclui as verbas cativas previstas no Orçamento do Estado para 2018.

Unidade: m€			
Receita	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Grau de execução %
Receita efetiva	78 944	19 758	25%
Passivos financeiros	860 836	81 338	9%
Saldo gerência anterior	0	0	-
<b>Total receita</b>	<b>939 780</b>	<b>101 096</b>	<b>11%</b>

Em 31 de março de 2018, e com a implementação de novas funcionalidades no ERP utilizado, o controlo orçamental e o respetivo reporte encontravam-se automatizados.

#### 5. Cumprimento de disposições legais

##### 5.1. Orientações e Objetivos de Gestão

A MP encontra-se vinculada ao cumprimento dos objetivos fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE). Não foram estabelecidos objetivos de gestão específicos, para além das metas definidas no ofício nº 3708, de 7 de agosto de 2017, da DGTF, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2018. Por outro lado, o Plano de Atividades e Orçamento de 2018 não se encontrava aprovado à data de 31 de março do corrente ano.

##### 5.2. Orientações sobre remunerações

A MP tem vindo a dar cumprimento ao disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

##### 5.3. Evolução do EBITDA e da Eficiência Operacional

8  
PC





A MP apresenta informação trimestral que permite aferir de forma indicativa o cumprimento das orientações do ofício citado no ponto 5.1. do presente Relatório:

- O EBITDA previsto para 2018 aumentou face a 2017 (período homólogo) passando de cerca de 3,8 milhões de euros para cerca de milhões de euros milhões de euros, traduzindo o cumprimento da orientação;
- O GAP operacional de tesouraria do 1º trimestre de 2017 era de cerca de -420 milhares de euros (96,3%) e passou no 1º trimestre de 2018 para -1.008 milhares de euros (92,2%) o que resultou de um aumento de gastos operacionais de cerca de 12,3%. Este resultado traduz um incumprimento do objetivo;
- O valor do EBIT melhorou, passando de cerca de -10,5 milhões de euros para -10,3 milhões de euros (seguindo a orientação transmitida).

#### 5.4. Acréscimo de Endividamento

No primeiro trimestre de 2018, o acréscimo de endividamento remunerado corrigido do capital social realizado foi de cerca de 1,5%, percentagem inferior ao valor indicativo das orientações contidas no ofício da DGTF.

Recorda-se que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei do OE/2018, de 29 de dezembro, o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material, nos termos a definir no Decreto-Lei de Execução Orçamental.

#### 5.5. Prazo médio de pagamentos (PMP)

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano.

No entanto, apenas a título indicativo, verifica-se que o PMP apurado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a 31 de março de 2018 é de 55 dias, igual ao PMP apurado pela DGTF a 31 de dezembro de 2017.

#### 5.6. Unidade de tesouraria

A MP tem procurado dar cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, concentrando as suas operações financeiras no IGCP e mantendo contas bancárias apenas para as necessidades decorrentes de compromissos contratualmente definidos ou relativas a operações não asseguradas pelo IGCP. Face a estas necessidades, foi apresentado um requerimento em 2017 no sentido de que fosse aplicado à MP o regime de exceção previsto no artigo 111º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, e no artigo 90º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março, o qual foi deferido em julho de 2018.

#### 5.7. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

A 31 de março de 2018, com a implementação de novas funcionalidades no ERP utilizado, o controlo dos compromissos encontrava-se automatizado<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Resultado de inquérito efetuado pelo ROC a elementos do departamento administrativo/financeiro da MP.

9  
P6  
aut



## 6. Notas finais

Face ao período homólogo do ano anterior assistiu-se a um crescimento do EBITDA, decorrente essencialmente do aumento dos rendimentos da empresa associados à prestação de serviços de transportes. No entanto, o nível de endividamento da empresa e os elevados encargos financeiros suportados penalizam fortemente os resultados alcançados, continuando a ser apurado um resultado líquido negativo, do qual resulta um saldo negativo de património líquido de 2.695 milhões de euros. Por conseguinte, entendemos que o modelo de financiamento da MP deveria ser reformulado.

Face a este enquadramento, a continuidade das operações da empresa dependerá, essencialmente, da manutenção do apoio financeiro do acionista Estado, apoio esse que tem vindo a ser reafirmado pelo seu representante nas Assembleias Gerais Anuais.

Porto, 4 de fevereiro de 2019

O Conselho Fiscal

A Presidente

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Os Vogais

Eng. António Maria Silva Caetano

Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo



## 7. ANEXOS

P68  
11  
Dufur





Metro do Porto, S.A.

Balanço individual em 31 de março de 2018

valores em euros			
RUBRICAS	Notas	31/03/2018	31/03/2017
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3 130 223	3 193 775
Ativos intangíveis		1 864 492 863	1 922 623 091
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		574 233	207 127
		<u>1 868 197 319</u>	<u>1 926 023 993</u>
Ativo corrente			
Clientes		1 923 167	44 111 072
Estado e outros entes públicos		29 256 971	20 548 603
Outros créditos a receber		37 760 336	41 353 617
Diferimentos		60 199	25 695
Outros ativos financeiros		7 810 610	5 992 054
Ativos não correntes detidos para venda		72 005	72 005
Caixa e depósitos		17 619 702	26 783 278
		<u>94 502 990</u>	<u>138 886 323</u>
Total do ativo		<u>1 962 700 309</u>	<u>2 064 910 317</u>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Capital subscrito		7 500 000	7 500 000
Outros instrumentos de capital próprio		224 808	224 808
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados		(11 925 357)	(15 150 885)
Resultados transitados		(3 188 961 218)	(3 092 276 052)
Ajustamentos em participações financeiras		1 134 786	1 123 530
Subsídios ao investimento		512 792 268	528 339 717
Outras variações no capital próprio		7 598 036	4 334 423
Resultado líquido do período		<u>(23 700 049)</u>	<u>(19 910 313)</u>
Total do património líquido		<u>(2 695 336 725)</u>	<u>(2 585 814 772)</u>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente			
Provisões		536 782 623	569 581 941
Financiamentos obtidos		3 021 753 373	2 909 564 125
Instrumentos financeiros derivados		422 150 940	19 159 547
		<u>3 980 686 937</u>	<u>3 498 305 613</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		5 987 219	5 441 972
Fornecedores de investimentos		1 030 403	659 351
Estado e outros entes públicos		199 642	215 353
Financiamentos obtidos		648 249 534	484 918 165
Instrumentos financeiros derivados			465 131 018
Outras dívidas a pagar		21 595 946	196 046 979
Outros passivos financeiros		287 352	6 639
		<u>677 350 097</u>	<u>1 152 419 476</u>
Total do passivo		<u>4 658 037 034</u>	<u>4 650 725 089</u>
Total do património líquido e passivo		<u>1 962 700 309</u>	<u>2 064 910 317</u>

*[Handwritten signatures and initials]*



Metro do Porto, S.A.

Demonstração individual dos resultados por naturezas  
do período findo em 31 de março de 2018

valores em euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Réditos			
Serviços prestados (construção)		1 620 741	1 503 752
Serviços prestados (transporte)		11 467 065	10 847 106
Outras vendas e serviços prestados		210 346	162 868
Outros rendimentos			
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		2 165	1 772
Outros rendimentos		4 333 751	4 250 435
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (construção)		(1 620 741)	(1 503 752)
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (operação e manutenção)		(8 917 489)	(8 787 501)
Outros fornecimentos e serviços externos		(1 439 118)	(1 435 328)
Gastos com o pessoal		(1 138 746)	(1 134 263)
Outros gastos		(35 534)	(64 174)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 482 441	3 840 915
Gastos de depreciação e de amortização		(14 802 945)	(14 350 266)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(10 320 504)	(10 509 351)
Juros e rendimentos similares obtidos		0	0
Juros e gastos similares suportados		(30 410 696)	(28 748 002)
Aumentos/Reduções de justo valor		17 031 151	19 347 039
Resultado antes de impostos		(23 700 049)	(19 910 313)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(23 700 049)	(19 910 313)
Resultado líquido do período por ação		(16)	(13)

PG  
13  
Aufrey

